

EM BUSCA DE PROPOSTA PARA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS DIRETRIZES NACIONAIS PARA ALFABETIZAÇÃO¹

Neusa Teresinha Rocha dos Santos²
Claudia Aparecida Prates³
Jáima Pinheiro de Oliveira⁴

RESUMO

Com o objetivo de identificar estratégias para alfabetização de estudantes com deficiência intelectual na Base Nacional Comum Curricular, na Política Nacional de Alfabetização e no Programa Tempo de Aprender, realizou-se pesquisa documental, constituindo um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, considerando os referidos documentos, como fonte de dados primários, nas seções que referem-se aos anos iniciais do Ensino Fundamental, especificamente sobre a alfabetização. Os documentos foram caracterizados e analisados por meio dos eixos temáticos: objetivo, organização, marcos legais; fundamentos e concepções de alfabetização e letramento. Os dados revelaram que os objetivos dos documentos contemplam o direito e a melhoria da qualidade da educação em território nacional nas escolas públicas e privadas. Quanto à organização, a BNCC trata de cinco áreas do conhecimento, a PNA apenas indica os seis componentes essenciais para alfabetização, trata das habilidades e competências e o Programa Tempo de Aprender apresenta ações respaldadas em evidências científicas estruturadas em quatro eixos. Quanto ao processo de alfabetização na BNCC, esta é vista com a perspectiva de letramento, o ensino centrado no texto com diferentes gêneros, enquanto que a PNA e o Programa Tempo de Aprender silenciam o letramento desconsiderando todo e qualquer tipo de diversidade social, necessidades e especificidades existentes na sala de aula, apresenta uma abordagem simplista e de forma padrão/única. Assim, verifica-se que cada documento apresenta suas respectivas estruturas para a efetivação da aprendizagem dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Alfabetização, Diretrizes nacionais, Deficiência intelectual.

INTRODUÇÃO

De acordo com o DÍCIO, Dicionário Online de Português, Diretriz significa: Linha segundo a qual se traça um plano em qualquer estrada ou caminho (Diretriz, 2020), também traz sentido de orientação, conduta, rumo, direção, critério, diretiva, explicação, indicação, instrução, norma, ordem, orientação, procedimento. Portanto, as diretrizes as quais se refere este estudo propõem orientação relacionada à organização da alfabetização e letramento no

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Trata-se do recorte do resultado da execução do Projeto de Pesquisa, institucionalizado pelo Edital nº 30/2018 DEPESP/PVCAL.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista, Docente do Curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Rondônia – IFRO campus Porto Velho Calama, neusa.santos@ifro.edu.br

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista, claudia.prates@ifro.edu.br

⁴ Professora Adjunta do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), jaima.ufmg@gmail.com

Brasil quanto a currículo, investimento financeiro, formação de professores, determinação de temporalidade para o processo de escolarização, entre outros procedimentos. Para isso, a questão utilizada para esse estudo foi: nas diretrizes nacionais para alfabetização existem estratégias para alfabetização de estudantes com deficiência intelectual?

Com vistas a buscar respostas para esse questionamento, este estudo teve como objetivo identificar se há estratégias para alfabetização de estudantes com deficiência intelectual nos documentos Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), na Política Nacional de Alfabetização (Brasil, 2019) e no Programa Tempo de Aprender (Brasil, 2020).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) constitui política de Governo com a finalidade de promover formação básica de qualidade a todos os cidadãos em virtude da realidade educacional que revela a urgência de mudança na concepção de políticas voltadas à alfabetização, à literacia e à numeracia. Política que apresenta como desdobramento o Programa Tempo de Aprender.

O Tempo de Aprender constitui-se como um programa de alfabetização abrangente que segue as diretrizes da Política Nacional de Alfabetização (PNA). Está organizado em versões *on-line* e presencial, direcionado a professores, diretores escolares, assistentes de alfabetização e coordenadores pedagógicos, direcionado para o último ano da Educação Infantil e para o primeiro e segundo anos do Ensino Fundamental. Ele promove também o curso Alfabetização Baseada na Ciência (ABC), em parceria com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) e com o Instituto Politécnico do Porto (IPP), importantes instituições de Portugal, conciliando conhecimentos científicos e práticas pedagógicas.

O programa teve início na modalidade *on-line* no primeiro semestre de 2020 no Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC, e a modalidade presencial estava prevista para o segundo semestre do referido ano e seria operacionalizada por meio de um modelo de multiplicadores, no entanto, em decorrência da pandemia da Covid-19, a modalidade está em fase de implantação.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas nas diretrizes nacionais devem contribuir para assegurar aos alunos o desenvolvimento de competências

gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

De acordo com Mortatti (2010), a alfabetização é compreendida como processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita na língua materna, na fase inicial de escolarização de crianças, desta forma é um processo complexo e multifacetado que envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão. Para Moraes; Albuquerque (2007, p. 15):

Alfabetização – processo de aquisição da ‘tecnologia da escrita’, isto é do conjunto de técnicas – procedimentos habilidades – necessárias para a prática de leitura e da escrita: as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético ortográfico).

Já, para Soares (2002, p. 31) “[...] alfabetização é a ação de alfabetizar”, isto é, “[...] é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever”.

Diante do exposto, Santos; Albuquerque; Mendonça reforçam que:

O processo de alfabetização não pode ser entendido como meramente o ensino para a ‘codificação’ e a ‘decodificação’. O ato de alfabetizar vai além do simples ler e escrever e conduz a outras práticas sociais. Coloca-se, então, cada vez mais a necessidade de os alunos serem envolvidos em situações concretas de leitura e produção de textos (2007, p. 126).

Face a essas concepções, historicamente constituiu-se o desafio de construir modelos, métodos, concepções e técnicas que dessem conta de ensinar o processo de leitura e da escrita. Nesse sentido, Mortatti (2006, p. 4) enfatiza que a questão dos métodos persiste, pois ainda acontecem os problemas da alfabetização que têm sido “[...] pensados e praticados no âmbito das políticas públicas, a partir de outros pontos de vista, em especial, a compreensão do processo de aprendizagem da criança alfabetizada, de acordo com a psicogênese da língua escrita”.

Mortatti (2006) e Moll (2009) se dedicaram ao estudo sobre o processo de metodização da alfabetização. Enquanto a primeira caracteriza esse processo em quatro momentos, a segunda apresenta-os em dois grupos. Os grupos dos quais Moll se refere confluem-se com os dois primeiros momentos que Mortatti apresenta.

Com base nessas autoras, identificou-se os principais métodos utilizados para alfabetização desde o final do século XIX, sendo assim classificados: método sintético, método analítico, método misto (analítico e sintético ou vice-versa) e o construtivismo. **1) método**

sintético: nomeado por Mortatti (2006) como “marcha sintética (da “parte” para o “todo”): da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes às letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas”; **2) método analítico:** neste método o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo “todo”, para depois se proceder à análise de suas partes constitutivas (Mortatti, 2006). Esse método desdobra-se também em processos de palavração, sentencição e contos, de acordo com Moll (2009); **3) Método misto (eclético):** consistia na aglutinação do método analítico e sintético, que previa certa “medida”, ou seja, subordinava-se ao nível de maturidade das crianças em classes homogêneas e, por último, o quarto momento **4) Construtivismo:** que tinha como objetivo deslocar o eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança (sujeito cognoscente) e se apresenta, não como um método novo, de acordo com Mortatti (2006), mas como revolução conceitual, o que demanda abandonar as teorias, práticas tradicionais e métodos para o processo de alfabetização e questionar a necessidade das cartilhas.

Associada a problemática da alfabetização, problematiza-se as propostas de métodos ainda mais específico para estudantes com deficiência intelectual.

De acordo com Schalock; Luckasson; Tasse (2021) deficiência intelectual é uma deficiência caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que abrange muitas habilidades sociais e práticas do dia a dia, de acordo com os autores, essa deficiência tem origem antes dos 22 anos, conceito atual da AAIDD.

A presença de estudantes com deficiência intelectual, e as demais categorias público-alvo da educação especial, em classes comuns, numa perspectiva de inclusão escolar, como vem acontecendo atualmente, é uma situação ainda recente, garantida pela Constituição Federal (Brasil, 1988), Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394 (Brasil, 1996).

A partir desta perspectiva, Onãtivia (2013, p. 108) alerta de que: “[...] o grande desafio é o de respeitar o tempo de aprendizagem dessas pessoas e o de atender suas necessidades imediatas” e vai além, destacando que “[...] deveremos analisar que níveis de apoio serão necessários para assegurar o seu desenvolvimento pleno”.

Por isso, para pensar em práticas de alfabetização para alunos com deficiência intelectual é necessário considerar as dimensões caracterizadas, assim como os fatores ligados aos processos de alfabetização e letramento propostos por políticas públicas, diretrizes e normas. Além disso, é necessário considerar um dos aspectos mais fundamentais do desenvolvimento que está diretamente ligado ao processo de aprendizagem da leitura e da escrita, qual seja: a linguagem.

A leitura e a escrita se apresentam como desafios de aprendizagem para o ser humano. É natural, pois, que provoquem alterações emocionais no aluno, as quais podem variar muito, dependendo da relação que o sujeito tem com o seu meio. Enquanto a alegria marca o momento em que a criança se descobre/descortina lendo, a tristeza do fracasso escolar invade aquela que, após reiteradas tentativas, percebe-se incapaz de realizar o que lhe é solicitado, pois ainda não domina a linguagem oral e escrita. Esse contexto tem implicado estudos e debates sobre o processo de aquisição da leitura e escrita, ora nomeado de alfabetização, ora de letramento, embora considere-se que os termos não sejam sinônimos.

Destaca-se, posto isto, a importância do alfabetizar letrando uma vez que as crianças já nascem num ambiente letrado e ao valorizar essa bagagem cultural, o professor pode contribuir tanto na valorização dos conhecimentos de seus escolares como na possibilidade de um maior desenvolvimento em todo processo de ensino e aprendizagem. Constata-se, assim, que atividades pedagógicas que refletem a perspectiva do letramento assumem papel fundamental para a aprendizagem e no processo de formação de conceitos construídos ao longo do processo de aquisição de escrita do aluno com deficiência intelectual.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos do estudo, lançamos mão de uma Pesquisa Documental, que se constituiu em um estudo qualitativo, exploratório e descritivo considerando os seguintes documentos, como fonte de dados primários: a BNCC (Brasil, 2018), PNA (Brasil, 2019) e do seu Programa principal intitulado Tempo de Aprender (Brasil, 2020) nas seções que referem-se aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especificamente sobre a Alfabetização. É pertinente destacar que se compreende por documento aquele escrito, manuscrito, impresso em papel, conforme Cellard (2008), assim como, material digital em sites e páginas da web de órgãos oficiais do legislativo, executivo e judiciário que, por definição, são exploradas e não criadas no contexto de procedimento de pesquisa. Ainda sobre o documento o autor assim se posiciona:

[...] o pesquisador deve compreender adequadamente o sentido da mensagem e contentar-se com o que tiver à mão: fragmentos eventualmente, passagens difíceis de interpretar e repletas de termos e conceitos que lhe são estranhos e foram redigidos por um desconhecido, etc. É, portanto, em razão desses limites importantes, que o pesquisador terá de tomar um certo número de precauções prévias que lhe facilitarão a tarefa e serão, parcialmente, garantias da validade e da solidez de suas explicações (Cellard, 2008, p. 297).

E foi com a preocupação de garantir validade e solidez nas análises e explicações que se buscou sistematizar o percurso da análise documental realizada nos documentos que versam sobre as diretrizes nacionais para alfabetização e letramento, determinadas em três momentos: fontes de dados; procedimentos para coleta e análise dos dados.

Fontes de dados Diretrizes nacionais para alfabetização contidas na BNCC (Brasil, 2018) e a PNA (Brasil, 2019) junto ao Programa Tempo de Aprender (Brasil, 2020). Documentos estes que foram escolhidos por serem recentes, assim como, por estarem em fase de implantação e em evidência por conta das propagandas midiáticas e por se tratar de ações para alfabetização em âmbito nacional.

Os dados obtidos neste estudo foram analisados de forma cuidadosa, com clareza e organização. A inferência foi utilizada como procedimento de análise de dados, buscando assim, conforme Bardin (2016), agir logicamente frente aos conhecimentos obtidos durante este trabalho de pesquisa. Para esse momento organizou-se os dados em quadros. Os resultados em relação a esses documentos foram caracterizados e apresentados em: objetivo, organização, conforme quadro 1 (p.7). Sendo assim, os resultados dessa análise documental são descritos e analisados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise são apresentados pela ordem crescente dos documentos: BNCC (Brasil, 2018) e PNA (Brasil, 2019), finalizando com o Programa Tempo de Aprender (Brasil, 2020), por se tratar de uma ramificação do Plano maior que é a PNA. Os objetivos e organização estão apresentados no quadro a seguir: Objetivos e organização dos documentos analisados

Quadro 1 – Objetivos e organização dos documentos analisado

	BNCC	PNA	PROGRAMA TEMPO DE APRENDER
Objetivos	Garantir aos estudantes o direito de aprender um conjunto fundamental de conhecimentos e habilidades comuns de norte a sul, nas escolas públicas e privadas urbanas e rurais de todo o país.	Melhorar a qualidade da alfabetização no território brasileiro e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional.	Melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do Brasil.
Organização	O Ensino Fundamental passou a ser estruturado através de cinco áreas do conhecimento, são elas: 1. Linguagens; 2. Matemática; 3. Ciências da natureza; 4. Ciências humanas; 5. Ensino religioso.	Apresenta seis componentes essenciais para a alfabetização: ✓ consciência fonêmica; ✓ instrução fônica sistemática; ✓ fluência em leitura oral; ✓ desenvolvimento de vocabulário; ✓ compreensão de textos; e ✓ produção de escrita.	O Programa seguindo as diretrizes da PNA propõe ações estruturadas em quatro eixos: Eixo 1: Formação continuada de profissionais da alfabetização; Eixo 2: Apoio pedagógico para alfabetização; Eixo 3: Aprimoramento das avaliações da alfabetização ; e Eixo 4: Valorização dos profissionais da alfabetização.

Fonte: Santos (2022).

Nos objetivos verificamos que contemplam o direito e a melhoria da qualidade da educação em território nacional nas escolas públicas e privadas. Quanto à organização, a BNCC trata de cinco áreas do conhecimento, a PNA apenas indica os seis componentes essenciais para alfabetização, trata-se das habilidades e competências e o Programa Tempo de Aprender apresenta ações respaldadas em evidências científicas estruturadas em quatro eixos. Assim, verifica-se que cada documento apresenta suas respectivas estruturas para a efetivação da aprendizagem dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em relação ao processo de alfabetização na BNCC, esta é vista com a perspectiva de letramento, o ensino centrado no texto com diferentes gêneros, enquanto que a PNA e o Programa Tempo de Aprender silenciam o letramento desconsiderando todo e qualquer tipo de diversidade social, necessidades e especificidades existentes na sala de aula, apresenta uma abordagem simplista e de forma padrão/única.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diretrizes nacionais para alfabetização seguem na contramão das especificidades, tanto dos estudantes com deficiência intelectual, quanto dos demais estudantes em processo de alfabetização. Essa inferência parte do pressuposto de que essas diretrizes consideram um padrão único para esse processo. A partir dos fundamentos teóricos-metodológicos a respeito

de deficiência intelectual, entende-se que ela é caracterizada por limitações significativas, tanto no desenvolvimento intelectual quanto na conduta adaptativa, na forma expressa em habilidades práticas, sociais e conceituais.

Sobre a alfabetização e o letramento, verificou-se que estes processos não se dissociam, pois são processos distintos, indissociáveis e que se complementam no processo de aprender a ler e escrever, no ato de alfabetizar e de letrar, possibilitando condições de autonomia ao sujeito nos mais diversos contextos das práticas sociais. Do mesmo modo, foi possível verificar nos métodos para alfabetização, entre novos e antigos, que, embora cada um anuncie mudanças, o que marcava era a intensa tensão e disputa pela hegemonia de um sobre outro.

Foi possível compreender que a inclusão escolar não será efetivada apenas recebendo a matrícula dos estudantes do público-alvo da educação especial nas escolas, pois é necessário garantir a sua permanência e aprendizagem, por meio de: atenção à formação permanente dos professores para a inclusão, suportes didáticos e pedagógicos para a escola, acessibilidades atitudinal, curricular, arquitetônica, dentre outras. Além disso, é necessário priorizar investimentos estruturais e financeiros necessários para as ações pedagógicas que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) assegura, bem como a necessidade de mudança de paradigma da cultura escolar frente à flexibilização do currículo, atendimento ao ritmo e singularidade de cada estudante com foco naqueles com deficiência intelectual.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Instituto Federal de Educação (IFRO), Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPEP) e ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPEP) campus Porto Velho Calama.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018*. Institui o Programa Mais Alfabetização, que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. *Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019*. Institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Alfabetização: Programa Tempo de Aprender*. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>. Acesso em: 5 jul. 2022.

CELLARD, A. Análise Documental. In: POUPART, J.; et al. (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIRETRIZ. In: *DICIO*, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, [2020]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/diretriz/>. Acesso em: 1 jul. 2022.

MOLL, J. *Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender*. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

MORAIS, A. G.; ALBUQUERQUE, E. B. C. Alfabetização e letramento: O que são? Como se relacionam? Como “alfabetizar letrando”? *Construir Notícias*, Recife, PE, v. 7, n. 37, p. 5-29, nov/dez, 2007. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/alfabetizacao-e-letramento-o-que-sao-como-serrelacionam-como-alfabetizar-letrando/>. Acesso em: 26 jun. 20

MORTATTI, M. R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: *Seminário Alfabetização e Letramento em Debate*, 2006, Brasília. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf Acesso em: 26 jan. 2022.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 329-410, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gg3SdLpVLM8bJ7bJ84cD8zh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2022.

OÑATIVIA, A. C. O método integral e a alfabetização de crianças com necessidades especiais. In: LAURITI, N. C.; MOLINARI, S. G. S. (org.). *Perspectivas da Alfabetização*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SANTOS, C. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C.; MENDONÇA, M. Alfabetização e letramento nos livros didáticos. In: SANTOS, C. F.; MENDONÇA, M. (org.). *Alfabetização e letramento: conceitos e relações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.



SANTOS, N. T. R. *Estratégias para alfabetização que contemplam especificidades de estudantes com deficiência intelectual em produções científicas e diretrizes educacionais*. Orientadora: Jáima Pinheiro de Oliveira. 2022. 150f. Tese [Doutorado em Educação] – Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista (UNESP): Marília, São Paulo, 2022.

SCHALOCK, R. L., LUCKASSON, R., TASSE, M. J. *Intellectual disability: Definition, diagnosis, classification, and systems of supports*. 12th ed. Silver Spring, MD: American Association on Intellectual and Developmental Disabilities, 2021.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.